

Duarte e Silva Advogados Associados

Escritório: José Costa Duarte, 157/sala 01 - Mangabeira, João Pessoa/PB
(83) 98663 4900 83 987150366

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIAL ET EXTRA"

NOME: Yago Luam Mariano Cunha TELEFONE 9834-0793
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO PROFISSÃO: Autônomo
CPF 109.746.084-32 RG 3.661.877 ENDEREÇO RUA Bom
JESUS, N° 147-B, -SESI - BAYeux - CEP- 58305-000

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438 e MARIA CINTIA GRILLO DA SILVA OAB/PB 17.205** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 01, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

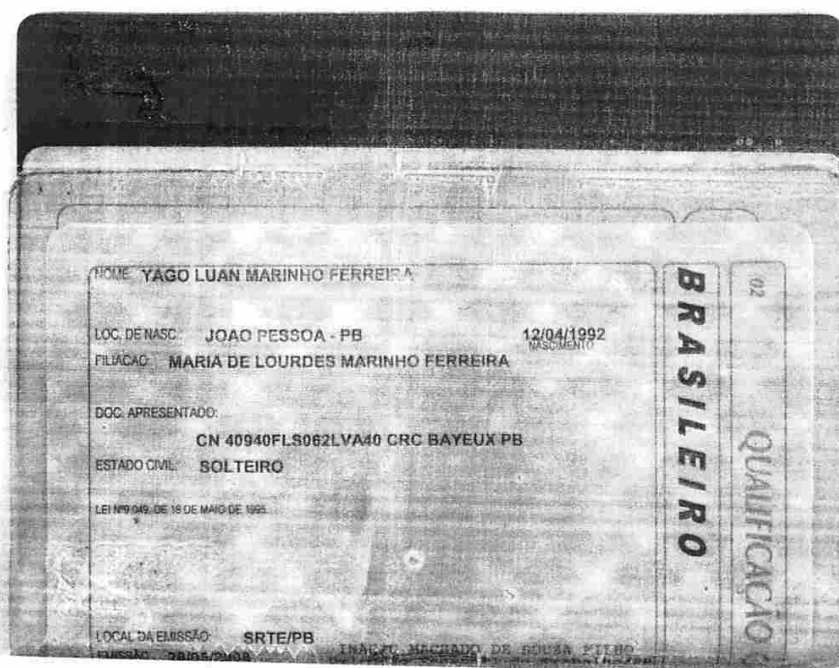
GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo de seu sustento ou de sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa, 25 de Agosto de 2020

(OUTORGANTE) x Yago Luam Mariano Cunha







MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

109.746.084-32

Nome

YAGO LUAN MARINHO FERREIRA

Nascimento

12/04/1992

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



MARIA LUIZA DA SILVA SOUZA
RUA BOM JESUS, 14/B - SESI
BAYEUX / PB CEP: 58305000 (A3: 1)



EEGIA AABA - DIBID A DEEGIA IA
B230, K25 - C1 EDE - J E A / B - CE 59071-880
CJ09 095 18310001-40 IGE 19 015 523-0

Ligação: MONOFÁSICO
Cte/Sbc: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - BAIXA RENDA
Roteiro: 3 - B - 121 - 904
Medidor: 00009014204
Referência: Jan / 2020
Emissão: 08/01/2020

A FICAL / C A DEEGIA EI CA 036 875 941
Cód. para Dth. Automático: 00018751701

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Jan / 2020	08/01/2020	05/02/2020	119.484.754-48 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/1875170-1

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.
Aproveite o 12º e regularize suas contas em atraso, podemos negociar para você pagar o ano novo numa boa!

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
06/12/19	4297	08/01/20	5338		341	33
Demonstrativo						
COI	DECI	ATADE	AFACI	ALBAE	CAIG	ALJ
		2	1	10 (\$)	10 (\$)	10
0601	Consumo até 30kWh-BR	30.000	0,283560	8,08	8,09	27
0601	Consumo - 31 a 100kWh-BR	70.000	0,482170	32,35	32,35	27
0601	Consumo - 101 a 220kWh-BR	120.000	0,693250	83,19	83,19	27
0601	Consumo acima de 220kWh-BR	121.000	0,770280	93,20	93,20	27
0601	Adic. B. Amarela			5,57	5,57	27
0610	Subsídio			47,04	47,04	27
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0607	CONTRIBUIÇÃO ILUM.PUBLICA			26,86	0,00	0
0604	JUROS DE MORA 11/2019			1,26	0,00	0
0605	MULTA 11/2019			3,59	0,00	0
0605	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 11/2019			0,07	0,00	0
0606	Devolução Subsídio			-31,71	0,00	0

CC: Código de Classificação do Item TOTAL 269,82 269,48 72,74 269,43 2,69 12,39
Tarifa de Tributos: Até 30kWh 0,181720 Até 100kWh 0,311520 Até 220kWh 0,467270 Acima de 220kWh 0,519160

Média últimos meses (kWh) 288
VENCIMENTO 26/01/2020
TOTAL A PAGAR R\$ 269,62

Histórico de Consumo (kWh)

269 | 276 | 299 | 315 | 334 | 282 | 296 | 247 | 346 | 273 | 272 | 301
Jan/19 | Fev/19 | Mar/19 | Abr/19 | Mai/19 | Jun/19 | Jul/19 | Ago/19 | Set/19 | Out/19 | Nov/19 | Dez/19

RESERVADO AO FISCO

2077.b4a9.3bf5.12db.51f9.4cf4.3ff6.c59f.

Indicadores de Qualidade 11/2019 - ILLHA DE B1

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
CI EAL	4,93	0,00	220
CI EAL	3,27		
CI EAL	19,34		
CI EAL	3,17	0,00	202
CI EAL	5,35		
CI EAL	12,70		
CI EAL	2,89	0,00	231
CI EAL	12,22		

Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
EI DE DI DAE EGIA/B	57,48	21,32
C A DE EGIA	75,25	27,91
EI DE AI	3,54	1,31
ECA B EIAI	8,63	3,20
I D I E E CAG	119,72	44,40
EI	0,00	0,00
Total	269,62	100,00

AL DED (EF 11/2019) \$62,10

ATENÇÃO

- REATIVO DE VENCIMENTO: Caso o(s) faturado(s) no lado relacionado(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 29/01/2020. Conforme Resolução 414 da ANEEL, o pagamento, após essa data, não elimina a possibilidade da dívida suspender o fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsiderar essa mensagem.
- Fatura suscitada e incluída em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$31,71.

Faturas em atraso

Dez/19 245,53

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

00190.00009 02624.912008 10613.130177 2 814600000026962

PAGADOR: MARIA LUIZA DA SILVA SOUZA - CPF/CNPJ: 119.484.754-48
RUA BOM JESUS, 14/B - SESI - BAYEUX / PB CEP: 58305000

Nosso Nr	Nr. Documento	Data de Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
26249120010613130	001875170202001	26/01/2020	R\$ 269,62	

BENEFICIÁRIO: ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A CNPJ 09 095 18310001-40
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 59071-880

* Assinatura / Código do beneficiário: 3064-3/2447-3



Assinado eletronicamente por: JOSE EDUARDO DA SILVA - 03/09/2020 10:30:49

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090310304947900000032467485

Número do documento: 20090310304947900000032467485

10

CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: William Batista dos Santos Filho
 CGB/CNPJ: 25.224.171/0001-80
 ENDEREÇO: rua São Hierônimo de Figueiredo, 1001, loja 001, Jardim Secania, Jd. B.
 MUNICÍPIO: João Pessoa UF: PB
 ESP. DO ESTABELECIMENTO: comercial
 CARGO: 51.9315 - Banhistas de Animais domésticos CBO N°

DATA DE ADMISSÃO: 01 de abril de 2019

REGISTRO N° _____ FIS. / FICHA _____

REMUNERAÇÃO ESPECÍFICA: R\$ 1.100,00 (um mil, e cem reais) por mês

X William Batista dos Santos Filho

DATA DE SAÍDA: _____ DE _____ DE _____

COM. DISPENSA CDAT

FGTS N° DA CONTRA

CONTRATO DE TRABALHO

11

EMPREGADOR

CGB/CNPJ

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

ESP. DO ESTABELECIMENTO

CARGO

CBO N°

DATA DE ADMISSÃO

REGISTRO N°

FIS. / FICHA

REMUNERAÇÃO ESPECÍFICA

DATA DE SAÍDA

COM. DISPENSA CDAT

FGTS N° DA CONTRA





**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA
Nº 024019.01.2020.0.00.704**

A Delegacia Online CERTIFICA a requerimento escrito, via Internet, de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial nº 024019.01.2020.0.00.704 analisado pelo policial civil Bettowen Carvalho de Oliveira, matrícula 1560000 cujo teor passo a transcrever na íntegra: às 12:52 min do dia 20/05/2020, na Delegacia Online, **YAGO LUAN MARINHO FERREIRA**, nacionalidade Brasileiro(a), profissão AUTONOMO, natural de João Pessoa, nascido(a) em 12/04/1992, idade 28, estado civil Solteiro (a), de cor Parda, filho(a) de MARIA DE LOURDES MARINHO FERREIRA e NAO INFORMADO, CPF 109.746.084-32, residente e domiciliado(a) no(a) RUA BOM JESUS, nº 14, complemento CASA B, bairro SESI, na cidade de Bayeux/PB. CEP: 58305000, telefone(s) 83987340793, registrou o seguinte:

Dados do(s) Fato(s):

Data/Hora do fato: 09/01/2020 01:30h; Tipificação: **Boletim Emergencial**; Tipo do Local: Via Aberta; Local do Fato: AV LIBERDADE, SESI, Bayeux/PB.

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Conduzia sua moto HONDA NXR 150 BROS ES, COR PRETA, PLACA OFD3294/PB, CHASSI 9C2KD0550CR595606, em nome de WILLIAN BATISTA DOS SANTOS FILHO, CPF de nº 080074117494, quando trafegava na avenida Liberdade, próximo ao binário, quando o pneu dianteiro da moto estourou, o mesmo perdeu o controle da moto caindo ao solo, sendo socorrido por terceiros para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena e transferido para o Complexo Hospitalar de Mangabeira.

Sendo o que havia a constar, cientificado o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expõe a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

Yago Luan Marinho Ferreira
YAGO LUAN MARINHO FERREIRA

EE8CEEA1901D68005C1BA0CD852A0E56

Código de Controle

ATENÇÃO: Esse Boletim só é válido com a assinatura do declarante. A veracidade do mesmo pode ser checada no site da Delegacia Online através do código de controle. www.delegaciaonline.pb.gov.br. Tel. (83) 98828-8306 (8h-18). E-mail: delegaciaonline@seds.pb.gov.br.



MUNICIPA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980
FAX: () - CNPJ:

Ficha Nr: 292974 Atd: Nao Regulado
Data: 09/01/2020
Hora: 09:39:33
Recepcionista: GEOVANA DO SANTOS
Clinica: ORTOPEDIA

DADOS DO PACIENTE

Nome: YAGO LUAN MARINHO FERREIRA
Nome Social: NAO INFORMADO CPF:
CNS: 161865635110003 Sexo: M OUTROS: 230182401003 Fone: 987488837
Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 12/04/1992 Id: 27 ano(s)
End.: EUA BOM JESUS, 14
Bairro: SESI Cidade: BAYEUX UF: PB
Mae: MARIA DE LOURDES MARINHO FERREIRA Pai:
Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO
Ocupação: COZINHEIRO Estado Civil: SOLTEIRO(A)
INFORMACOES DE ENTRADA Escolaridade: NAO INFORMADO
Resp.: ESPOSA MARIA LUIZA
Tel./Proc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD
Procedencia: HOSPITAL DE TRAUMA

Transporte utilizado: AMBULANCIA

Vitima de acidente por: NAO

Vitima de violência por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:

FC: TP:

Peso: Altura:

Glicemia: IMC:

Circ. Abd: O2%:

Queixa Principal

PACIENTE ENCAMINHADO DO HEEETSHL COM FRAT
EXPOSTA DE MAO DIREITA, CONFORME PACTUACAO SIC

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[X] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispneia
[] Diarreia [] Agitado
[] Regular [] Chocado
[] Vomito

Observacao

NEGA ALERGIA SIC.

Historia - Exame físico (hora do atendimento medico)

Diagnostico

Fratura de corpo do osso

Prescricao

Horario da medicacao

Conduta: Sutura + reparo p/ osso
Linha de sutura de
pelo 156 09/01/2020
Dr. Danilo Dantas Chaves
Ortopedia e Traumatologia
CRM-63514 T 6574
09-004362



FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA



Nome: Yago Lucas Mano Jene Idade: 1 ano Enfermária: Leito:
 Prontuário: 100 Nome da Mãe: Yago Lucas Mano Jene Bairro: 100 Profissão: 100 Religião: 100 Estado Civil: 100 Estado: 100 Fone: 100 Cidade: 100 Sexo: F () M () Cor: 100 Escolaridade: 100
 QPD: 100 HDA: 100

Medicações em uso: 100

Interrogatório Sintomatológico: Geral: [] Febre [] Astenia [] Anorexia [] Perda de Peso [] Tonturas [] Outros: [] Sudorese [] Prurido []

Pele: []

Cabeça e Pescoço: [] Cefaleia [] Espirros [] Rinorréia [] Obstrução Nasal [] Epistaxe [] Dor de Garganta [] Bócio [] Rouquidão [] Disfagia [] Audição: [] Visão: []

AR e ACV: [] Dor [] Tosse [] Expectoração [] Hemoptise [] Outros: []

[] Dispneia [] Palpitações [] Desmaio [] Cianose [] Edema []

ABD: [] Dor [] Pirose [] Soluço [] Regurgitação [] Hematêmese [] Náuseas [] Vômitos [] Dispepsia [] Diaréia [] Melena [] Enterorragia [] Constipação [] Aumento de volume []

AGU: [] Distúria [] Incontinência [] Retenção [] Poliúria [] Oligúria [] Noctúria [] Hematúria []

[] Mal Cheiro [] Cortimento [] Outras: []

SME: [] Dor [] Calor [] Rubor [] Edema [] Crepitação [] Fraqueza [] Atrofia [] Espasmos []

SN e PSO: [] Insônia [] Sonolência [] Convulsões [] Motricidade e Sensibilidade []

[] Amnésia [] Líbido [] Humor []





**Hospital Estadual de
Emergência e Trauma**
Senador Humberto Lucena



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SEGUE
o trabalho**

Endereço: RUA ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090
Tel: 32165700 - CNES: 2593262

Paciente
YAGO LUAN MARINHO FERREIRA
Data de nascimento
12/04/1992
Idade
27a 8m 28d
Mãe
MARIA DE LOURDES MARINHO FERREIRA
Endereço
BOM JESUS, 14
Acidente
QUEDA / OUTROS
Data/Hora Classificação
09/01/2020 03:46:19

BAE
1215228
Sexo
Masculino

Bairro
SESI

Motivo
ACIDENTE DE MOTOCICLETA

Data/Hora Entrada
09/01/2020 03:46:19
CNS

Município
BAYEUX
Profissional
JOSE ROGACIANO MACHADO COUTO
Data/Hora Prescrição
09/01/2020 08:05:39

Data Baixa

Telefone de Contato
(83) 987488837
Prontuário

UF
PE
Nº Cons. Regional
185222/SP

ANAMNESE

PACIENTE COM RELATO DE QUEDA DE MOTO. ERA O CONDUTOR E NÃO FAZIA USO DE CAPACETE. NEGA PERDA DE CONSCIÊNCIA, VÔMITOS E AMNÉSIA APÓS ACIDENTE. AO EXAME: ESCORIAÇÕES EM FACE, FRATURA EXPOSTA DE OSSOS DA MÃO DIREITA. CD: RX DE MÃO DIREITA AVALIAÇÃO DA ORTOPEdia

(09/01/2020 04:01:28-BENEDITO B RIBEIRO)

ORTOPEdia DOR E FERIMENTO NO DORSO DA MÃO DIREITA APOS QUEDA DE MOTO HOJE AS 02 E 30 NEGA OUTRAS QUEIXAS E OUTROS TRAUMAS ADM PREJUDICADO NEUROVASCULAR PRESERVADO RX: FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DA MÃO DIREITA CDT: AO ORTOTRAUMA CONFORME PACTUAÇÃO ATBTERAPIA MAIS SAT CURATIVO ANALGESIA ORIENTAÇÕES STAFF DR ALBERTO

(09/01/2020 08:05:39-JOSE ROGACIANO MACHADO COUTO)

MEDICAÇÃO

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA E.V., AGORA, 0.0 (MGTSM)
CETOPROFENO 100 MG (FRASCO/AMPOLA), ADMINISTRAR 100,0 MG VIA E.V., AGORA, (OBSERVAÇÕES:: EM 100 ML DE SF)
CEFALOTINA 1G (FRASCO-AMPOLA), ADMINISTRAR 1000,0 MG VIA E.V., AGORA, POR 1 DIA(S)
SORO ANTITETANICO 5.000UI (AMPOLA 5ML), ADMINISTRAR 5,0 ML VIA INTRAMUSCULAR, AGORA, 0.0 (MGTSM)
CETOROLACO DE TROMETAMINA 30MG/ML (AMPOLA 1ML), ADMINISTRAR 1,0 ML VIA E.V., AGORA

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE MÃO DIREITA

I - ORIENTAÇÕES PARA ENFERMAGEM, (OBSERVAÇÕES:: LIMPEZA E CURATIVO)

CID10

W01.0 - Queda no mesmo nível por escorregão, tropeção ou passos em falsos [traspés] - residência
T14.9 - Traumatismo não especificado

Dados coletados anteriormente ☐ utilizar na impressão?

JOSE ROGACIANO
MACHADO COUTO
CRM-PR 185222

Conduta

Alta médica

Enfermeiro

JOSE ROGACIANO MACHADO COUTO
(CRM: 185222/SP)



Assinado eletronicamente por: JOSE EDUARDO DA SILVA - 03/09/2020 10:30:49

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090310304947900000032467485>

Número do documento: 20090310304947900000032467485



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA

seg

LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	YAGO LUAN MARINHO FERREIRA
DATA DE NASCIMENTO	12/04/92
NOME DA MÃE	MARIA DE LOURDES MARINHO FERREIRA

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.215.228
DATA DO ATENDIMENTO	09/01/20
HORA DO ATENDIMENTO	03:46
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	FRATURA DE OSSOS DA MÃO DIREITA
CID 10	S62.4

AVALIAÇÃO INICIAL:

EXTRAÍDOS DO BOLETIM DE ENTRADA. PACIENTE FOI ATENDIDO NESTE SERVIÇO, VITIMA DE ACIDENTE DE MOTOCICLETA, COM TRAUMA EM MÃO DIREITA. PRESENÇA DE FRATURA EXPOSTA DOS OSSOS DA MÃO DIREITA. ENCAMINHADO PARA O ORTOTRAUMA DE MANGABEIRA.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX MÃO DIREITA

RESULTADOS DOS EXAMES:

FRATURA DE OSSOS DA MÃO DIREITA

TRATAMENTO:

IMOBILIZAÇÃO

ALTA HOSPITALAR:	09/01/20
DATA DA EMISSÃO:	12/06/20

Dr. José de Almeida Braga
CRM: 2329/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



Buscar no site

A COMPANHIA SEGURO DPVAT PONTOS DE ATENDIMENTO (Pontos-de- Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS SALA DE IMPRENSA TRABALHE CONOSCO CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Indenizar

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3200201989 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA YAGO LUAN MARINHO FERREIRA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO YAGO LUAN MARINHO FERREIRA

CPF/CNPJ: 10974608432

Posição em 09-07-2020 13:11:22

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será li Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
10/07/2020	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
18/06/2020	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/fWycMjMjyjiyEgrHllevgapi_key=DQWgChBgHimd0GHPs7fu7PQQYDMs7iCTJf4cKlvy8rg=
07/06/2020	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	api_key=DQWgChBgHimd0GHPs7fu7PQQYDMs7iCTJf4cKlvy8rg=">https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/YTAQjO5rypgZgee7a__P>api_key=DQWgChBgHimd0GHPs7fu7PQQYDMs7iCTJf4cKlvy8rg=





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Bayeux

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0802062-66.2020.8.15.0751

DESPACHO

Vistos, etc.

Do Pedido de Gratuidade

O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, prescreve que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que **comprovarem** insuficiência de recursos”.

A finalidade do art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal, reside na efetivação dos princípios da igualdade e do pleno acesso à Justiça. A prevalecer entendimento diverso (quanto ao indeferimento aqui sustentado), o princípio da igualdade restaria frontalmente violado, já que pessoas desiguais receberiam mesmo tratamento, acarretando, outrossim, prejuízo ao acesso à Justiça, uma vez que o Estado não dispõe de recursos financeiros suficientes para arcar com o pagamento das custas judiciais de quem pode pagá-las.

Imperiosa deve ser a observância das regras processuais pelo Julgador para comprovação dos casos de miserabilidade protegidos pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º inciso LXXIV, sob pena de desvirtualização do benefício.

O pedido de justiça gratuita deve ser seriamente verificado a fim de evitar o mau uso do benefício, que é custeado pelo Estado e, conseqüentemente, carrear à população os ônus que deveriam ser pagos pela parte.

Vale ressaltar que o Magistrado poderá conceder a gratuidade de justiça em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou reduzir percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art. 98, §5º, do CPC/2015).



Assim, INTIME-SE A PARTE AUTORA, POR SEU ADVOGADO (PJe), PARA JUNTAR no prazo de 15 (quinze) dias documentos aptos a comprovar a necessidade de deferimento do benefício. Mais especificamente, deve a parte juntar comprovante de seus rendimentos, especificamente contracheque ou declaração de IRPF - ou outro meio idôneo. Salienta-se que apenas a juntada da declaração de hipossuficiência não faz prova inequívoca acerca da presunção de impossibilidade de pagamento.

Até porque, o próprio sistema do PJe e o CPC permitem tanto o desconto às custas quanto o parcelamento em até 6 (seis) vezes, o que facilita o adimplemento. Inclusive, mesmo considerando possível redução ou atraso de qualquer salário, face à pandemia Covid-19, o valor das custas (que pode ser reduzido mediante desconto e parcelado em até seis vezes) é inferior a R\$ 700,00 (setecentos reais), ou seja, não é desproporcional à situação financeira do requerente considerando sua ocupação laboral (autônomo) e o objeto da ação aqui discutido (indenização), garantido-se assim o acesso à justiça.

Desse modo, considerando que a juntada de tais documentos (ou, caso prefira, o pagamento das custas) é imprescindível ao ajuizamento da ação, **que a parte cumpra com a determinação contida neste despacho no prazo acima indicado sob pena de indeferimento da inicial e extinção do feito sem resolução do mérito.**

Com o pagamento ou juntada de documentos, venham os autos conclusos a despacho. Caso decorra o prazo sem manifestação, certifique-se o decurso e faça-se conclusão do feito para sentença.

BAYEUX, 03 de setembro de 2020.

JUIZ DE DIREITO



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 2ª VARA MISTA DE BAYEUX/PB.

JUSTIÇA GRATUITA

YAGO LUAN MARINHO FERREIRA, já devidamente singularizado nos autos do processo, vem perante vossa excelência, por meio de seus advogados, atender o despacho retro.

O autor atualmente encontra-se empregado, exercendo a atividade de tosador, em um Petshop, recebendo em media um salário mínimo, que utiliza integralmente para seu sustento e de sua família. Dessa forma, o autor não dispõe de recursos para custear as despesas processuais, momento que reitera o pedido feito na inicial, a concessão da justiça gratuita.

Vejamos o “art. 98. *A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei*”. O NCPC coaduna-se com o princípio insculpido no art. 5º, LXXVII da Constituição Cidadã: “LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”

Note-se que o § 4º do art. 99 do NCPC assim prevê: “a assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça”.

Ora, de fato não parecia admissível condicionar o deferimento da gratuidade judiciária ao patrocínio pela Defensoria Pública ou convênios, porquanto a parte tem o direito à livre escolha do profissional que defenderá seus interesses, daí a relevância da previsão expressa no NCPC

Diante de tudo que foi exposto, ratifica os pedidos da inicial, requerendo a concessão da justiça gratuita, por ser o autor hipossuficiente.

Segue em anexo o comprovante de renda, que o autor disponibilizava no momento para atender o despacho retro.

Nestes termos, pede-se deferimento.

João Pessoa, 24 de Setembro de 2020.



Willian Batista dos Santos Filho Av. Bananeiras, 251, Manaira João Pessoa-PB CNPJ: 25.224.117/0001-80		RECIBO DE PAGAMENTO DE SALÁRIO Maio/2020 P. Aquilativo: 30/04/2019 a 31/03/2020	
Código Yago Luan Marinho Ferreira	Nome do Funcionário Yago Luan Marinho Ferreira	CBO 519315	Depto Admissão: 01/04/2019
Cód. 001 002 003 004 005	Descrição Férias (18/05/2020 a 06/06/2020) 1/3 a/Férias Abono Pecuniário (07/06/20 a 16/06/20) 1/3 a/abono INSS	Referência 1,00 2,00 3,00 4,00 5,00	Vencimentos 733,33 244,44 366,67 122,22 73,33
		Total de vencimentos 1.466,66	Total de descontos 73,33
		Valor Líquido 1.393,33	
Salário Base 1.100,00	Sal.Contr.INSS 977,77	Base Calc.FGTS 977,77	FGTS do Mês 78,22
		Base Calc.IRRF 1.393,33	Faixa IRRF 1.393,33
Declaro para os devidos fins, que recebi o valor discriminado neste recibo, concordando e nada mais tendo a reclamar.			
Local _____	Data 15/05/2020	Assinatura Yago Luan Marinho Ferreira	

emitido por www.controlenonet.com.br





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista da Comarca de Bayeux

Ação Ordinária nº	0802062-66.2020.8.15.0751
Promovente(s)	AUTOR: YAGO LUAN MARINHO FERREIRA
Promovido(s)	REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S . A . Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S . A . Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, - até 56 - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-203

DESPACHO/ MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO¹

Vistos, etc.

Valendo esta decisão como carta de citação e intimação, nos termos do art. 108 do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado da Paraíba:

1. Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

2. Observo que a matéria discutida nos presentes autos admite a autocomposição, contudo, como exposto pela parte autora verifica-se que a análise do caso demanda prova pericial, bem como que a parte acionada não vem efetuando acordos em prévia audiência de conciliação. Dessa forma, afigura-se desnecessária e mesmo desaconselhável, por tratar-se de ato ineficiente (art. 37, caput, CF) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (art. 5º, LXXVII, CF), a designação exclusiva de audiência de conciliação, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo às partes.

3. Cite-se a parte acionada para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar no mandado ou carta os requisitos do art. 250, NCPC¹ e a ressalva de que “se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor” (art. 344, do NCPC).

4. Com aporte da contestação, havendo questões preliminares/prejudiciais (art. 350 e art. 351 do NCPC), intime-se o acionante para apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

5. Após, autos conclusos para análise do feito.



PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ E OS DEMAIS DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A INICIAL, ACESSE O LINK:
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	20090310304869300000032467479
INICIAL YAGO LUAN MARINHO FERREIRA	Documento de Comprovação	20090310304922300000032467481
YAGO LUAN MARINHO FERREIRA	Documento de Comprovação	20090310304947900000032467485
Despacho	Despacho	20090906485624500000032484715
Despacho	Despacho	20090906485624500000032484715
Petição	Petição	20092411180294000000033176528
COMP. RENDA YAGO LUAN MARINHO	Documento de Comprovação	20092411180347200000033176564

Cumpra-se

Bayeux - PB, data e assinatura digitais.

1 Código de Normas da CGJ/PB: (...) Art. 108. Fica autorizado o uso do despacho como carta citação/notificação/intimação/precatória/ofício pelos magistrados do primeiro grau de jurisdição, o qual consiste na prolação de ato decisório cujo teor sirva, automaticamente, de instrumento para citação, intimação, notificação, depreciação ou ofício.



Certifico que citei **eletronicamente** a parte promovida.

